

Os passos para a derrubada da inflação

São estes os principais pontos do programa antiinflacionário do governo:

● **INDEXADOR DIÁRIO** — O novo índice de preços se chamará Unidade de Referência (UR). A UR será diária e deverá refletir a inflação presente. O objetivo é criar condições para que, a partir da adesão voluntária dos agentes econômicos, este índice — também conhecido como Unidade de Conta (UC) — passe a ser o único indexador da economia, quebrando a memória inflacionária. As tarifas e preços públicos serão corrigidos diariamente pela UR. Os títulos do governo serão indexados a ele. A expecta-



tiva do governo é que, com a crescente credibilidade da UR, as empresas privadas também passarão a reajustar seus preços de acordo com a variação do novo índice. O governo estuda ainda a possibilidade de mudar a legislação dos aluguéis, para permitir, posteriormente, o reajuste diário. Quanto às mensalidades escolares, no primeiro momento elas não serão reajustadas pela UR, mas poderiam ser liberadas no momento em que os salários forem regulados pelo índice.

● **POLÍTICA SALARIAL** — O ministro Fernando Henrique garante que não haverá arrocho salarial decorrente do programa de estabilização. A proposta é preservar, em dólar, os salários ganhos durante 93 para funcionários públicos e trabalhadores do setor privado. O governo es-



pera que o valor real dos salários seja acertado entre patrões e empregados, com os trabalhadores pressionando as empresas para receber o salário em UR.

● **CÂMBIO LIVRE** — O câmbio vai variar de acordo com o indexador oficial. Na primeira fase ainda não haverá liberdade cambial, mas o governo caminhará gradativamente para a liberalização do câmbio.

● **AUMENTO DE IMPOSTOS** — A equipe econômica proporá ao Congresso um aumento de 5% nas alíquotas de impostos federais, para pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de financiar despesas na área social. A maior alíquota do Imposto de Renda na fonte para pessoas físicas, com rendimentos líquidos superiores a CR\$ 200.051,00, subirá de 25% para 26,25%. A alíquota de 15%, que incide sobre rendimentos superiores a CR\$ 102.590,00, subirá para 15,75%. Estes percentuais valerão também para a tabela de IR utilizada nos cálculos da declaração de renda de 1995, relativa ao ano-base 1994. O adicional sobre o IR poderá entrar em vigor a partir de janeiro próximo, se as emendas constitucionais forem aprovadas até 31 de dezembro.

● **ORÇAMENTO** — A base do programa de estabilização é o equilíbrio das contas públicas. O governo propõe um corte nas despesas do Orçamento de US\$ 22,1 bilhões, atingindo principalmente custeio e investimentos.

● **CONTROLE DAS ESTATAIS** — A contenção dos gastos se estenderá às estatais. Elas terão que cortar os gastos com salários e limitar o seu endividamento.

● **JUROS REAIS** — As taxas de juros serão superiores à inflação durante os primeiros meses

do programa de estabilização. Os técnicos defendem juros elevados, com um controle rigoroso sobre o volume de dinheiro em circulação no mercado.

● **FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL** — Será criado, através de emenda constitucional a ser enviada ao Congresso, um fundo para financiar as atividades sociais prioritárias. Vai ser constituído dos recursos provenientes do aumento da arrecadação, com a cobrança de uma sobretaxa de 5% da alíquota de todos os impostos federais e da suspensão, durante dois anos, de 15% das transferências de todos os recursos vinculados da União, inclusive o Fundo de Participação de Estados e Municípios. Para suspender as transferências, o governo precisa da aprovação de uma emenda, neste sentido, pelo Congresso. O ministro Fernando Henrique acredita que o fundo arrecadará US\$ 16 bilhões por ano.

● **TÍTULOS** — O ministro da Fazenda proporá ao Congresso modificações na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para impedir que o governo emita títulos públicos para financiar suas despesas. Se a medida for aprovada, o governo fica proibido de contrair novas dívidas.

● **DESCENTRALIZAÇÃO** — Os ministros da Fazenda e do Planejamento discutirão com o presidente Itamar Franco a criação de uma Agência de Descentralização, que executaria o Programa Nacional de Descentralização. A ideia é que esta agência passe a administrar o programa que, no prazo de dois anos, se transformaria numa verdadeira reforma administrativa. (Veja como ficam, com o novo plano, os salários, as contas e os investimentos no caderno Confira Seu Dinheiro).

